6.3.1. FICHA EAU 169 – EMBARCADOURO FERROVIÁRIO DE MINÉRIO DA "CRUZEIRO DO SUL MINERAÇÃO"

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas - Minas Gerais - Brasil			
ESTRUTURA ARQUITETÔNICA E URBANISTICA			**EAU– 169**
Município:	Congonhas	**Distrito:**	Sede
Designação:	Embarcadouro Ferroviário de Minério da "Cruzeiro do Sul Mineração"		
Endereço:	Ramal Paraopeba da Estrada de Ferro Central do Brasil Coordenadas Geográficas: 20°30'4.89"S, 43°51'45.60"O		
Propriedade / direito de propriedade:	Privada/ Espólio de Augusto Trajano Azevedo Antunes		
Responsável:	Espólio de Augusto Trajano Azevedo Antunes		
Situação de ocupação:	Desocupado		
Análise do entorno – situação e ambiência:			
O Embarcadouro Ferroviário de Minério da "Cruzeiro do Sul Mineração" encontra-se implantado em um terreno em declive, às margens da linha férrea da Variante do Paraopeba da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil. Em seu entorno imediato predominam as áreas de pastagem, estando o Rio Maranhão aos fundos do terreno. Nas proximidades do bem encontra-se a Estação Ferroviária de Congonhas, algumas edificações residenciais de um ou dois pavimentos, construídas à mesma época do embarcadouro e da estação, além da linha férrea, por onde ainda transitam trens de carga e equipamentos relativos ao funcionamento do embarcadouro, como caçambas e estruturas de algumas torres que sustentavam os cabos de aço. Embora haja postes de concreto com fiação aérea, tangenciando a estrada de ferro, a região onde o bem está situado não é iluminada. Os mesmos só são utilizados para ligação de energia entre os bairros lindeiros.			

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas - Minas Gerais - Brasil

ESTRUTURA ARQUITETÔNICA E URBANISTICA **EAU– 169**

Documentação fotográfica:

Figura 01: Localização do Embarcadouro em relação à Estação Ferroviária de Congonhas.
Área 01 – Distrito Sede
Fonte: Google Earth/2023

Foto 01: Fachada frontal do embarcadouro.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Foto 02: Fachada lateral direita.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Foto 03: Fachada posterior.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Foto 04: Vista da porção lateral esquerda do bem.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas - Minas Gerais - Brasil

ESTRUTURA ARQUITETÔNICA E URBANISTICA **EAU– 169**

Foto 05: Detalhe do vão existente na fachada lateral direta.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Foto 06: Vista parcial do interior do imóvel.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Foto 07: Detalhe de um dos acessos ao interior da edificação.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Foto 08: Vista parcial do sistema estrutural do imóvel.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Foto 09: Muro de pedras contíguo à fachada lateral direita.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Foto 10: Implantação do imóvel em relação à linha férrea.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas - Minas Gerais - Brasil

ESTRUTURA ARQUITETÔNICA E URBANISTICA **EAU– 169**

Motivação do Inventário:

O Embarcadouro Ferroviário de Minério da "Cruzeiro do Sul Mineração"trata-se de uma edificação de relevância histórica e arquitetônica com características compatíveis com o Brutalismo, estilo difundido durante o século XX, no qual se buscava o destaque das estruturas em concreto armado. Além disso, o bem se insere no contexto ferroviário do município, juntamente com estação ferroviária de Congonhas -bem já tombado pelo município - o casario, a linha férrea e elementos urbanos da mesma época, ainda preservados, em seu entorno imediato, o que lhe confere valor enquanto local de memória para a população congonhense.

Histórico:

Conforme documento fornecido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Congonhas - IHGC, o Embarcadouro Ferroviário de Minério foi construído pela antiga mineradora "Cruzeiro do Sul", popularmente conhecida como "CRUSUL", que operava na região do Pires, nas proximidades da serra que leva o mesmo nome, durante a primeira metade do século XX.

Naquela época, foi criada uma mega estrutura de cabeamento aéreo, com extensão de 6 km, ligando a Serra dos Pires ao Embarcadouro, que compunha a Variante do Paraopeba. A mesma foi construída pela Estrada de Ferro Central do Brasil, entre os anos de 1914 e 1917, época em que também foi construída a Estação Ferroviária de Congonhas, localizada nas proximidades do embarcadouro. O principal intuito da construção da Variante Paraopeba era aliviar e facilitar o tráfego de trens entre Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A Variante liga o município de Congonhas à Belo Horizonte, atravessando Jeceaba, Brumadinho e Ibirité.

Segundo André Candreva e Roberto Candreva, membros do IHGC, o cabeamento aéreo do Embarcadouro é lembrado por muitos congonhenses que trabalharam ou vivenciaram a época em que o mesmo estava ativo. Eles contam sobre as caçambas de ferro que trafegavam sobre a cidade, em um período de menor movimento urbano e desenvolvimento tecnológico.

Emalguns pontos do traçado por onde o minério era transportado, ainda restam vestígios das estruturas das torres que sustentavam os cabos de aço e algumas

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas - Minas Gerais - Brasil

ESTRUTURA ARQUITETÔNICA E URBANISTICA **EAU– 169**

caçambas de ferro que se desprenderam da estrutura, ao longo das décadas de funcionamento.

O Embarcadouro de Minério esteve em atividade entre os anos de 1942 até 1971, quando a mineradora CRUSUL encerrou as atividades em Congonhas. Desde então, a estrutura e seus equipamentos permanecem desativados e em situação de abandono.

Em 1996 a Variante do Paraopeba foi concedida, pela RFFSA, para a empresa MRS Logística, como parte da Linha do Centro, que transporta em suas composições principalmente minério de ferro e material siderúrgico no trecho.

Uso atual / usos antigos:

( ) Residencial	( ) Serviço	( ) Institucional
( ) Comercial	( ) Industrial	(**X**) Outros

Descrição:

O Embarcadouro Ferroviário de Minério encontra-se implantando em cota superior ao nível da linha férrea, em um terreno em declive, revestido por gramíneas, com cercamento em arame farpado. A edificação, de dois pavimentos, apresenta características compatíveis com a arquitetura Brutalista, possui planta com partido retangular, estruturas de concreto armado e cobertura em laje plana. Algumas alvenarias são executadas em concreto e outras em tijolos maciços, revestidos apenas por camada de reboco, nas faces externas. A fachada frontal é marcada por oito janelas do tipo basculantes, com esquadrias metálicas e fechamentos em vidros, com vergas retas e dispostas com espaçamentos simétricos entre elas. Acima, observam-se dois vãos, também posicionados de forma simétrica, em relação às extremidades da fachada, com vergas em arcos plenos, sem vedações. As fachadas laterais são marcadas, cada uma delas, por um vão de grandes dimensões, de vergas retas, por onde se acessa o interior da edificação, e por vãos menores, também de vergas retas e sem fechamentos, distribuídos, de forma simétrica, entre os pavimentos. Já a fachada posterior é marcada por quatro vãos, dois em cada pavimento, semelhantes àqueles localizados nas fachadas laterais. No interior do imóvel, a estrutura em concreto ganha destaque, assim como as alvenarias de tijolos aparentes. Há trechos

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas - Minas Gerais - Brasil

ESTRUTURA ARQUITETÔNICA E URBANISTICA **EAU– 169**

onde os pisos apresentam terreno natural compactado, recoberto, inclusive, por vegetação, e em outros pontos, observa-se a existência de um contrapiso. Há poucas divisões de ambientes internos e, devido à situação de abandono do imóvel, não é possível definir quais eram os usos destinados a cada um deles. Atualmente, não há instalações elétricas, nem hidráulicas, no interior da edificação e nem no terreno onde está inserida.

Proteção legal existente:			
() Registro		( ) Tombamento	
() Entorno de bem tombado		( ) Regulação urbana	(**X**) Nenhuma
Instância:	( ) Federal	( ) Estadual	( ) Municipal
Tipo de proteção:	( ) Isolado	( ) Conjunto	
Inscrição: Sem inscrição.			

Proteção legal proposta:			
() Registro		( ) Tombamento	
(**X**) Inventário		( ) Outros:	
Instância:	( ) Federal	( ) Estadual	(**X**) Municipal

Estado de conservação:			
( ) Excelente	( ) Bom	(**X**) Regular	( ) Péssimo

Análise do estado de conservação:

De modo geral, avalia-se que o Embarcadouro Ferroviário de Minério se encontra em regular estado de conservação, apresentando danos que colocam em risco sua integridade estrutural e estética. A edificação se encontra em situação de abandono, apresentando crescimento desordenado de vegetação em seu interior e no entorno imediato. Nas fachadas e no interior do imóvel, foram observadas pichações, manchas de umidade e sujidades aderidas. Internamente, também há acúmulo de resíduos sólidos, que podem atrair animais e insetos vetores de doenças. As esquadrias apresentam grandes áreas de oxidação e vidros quebrados.

Por fim, destaca-se perdas nas alvenarias, em seus revestimentos e também nos elementos estruturais, deixando as ferragens expostas em alguns pontos, além do deslocamento do muro de pedras, localizado na porção Sudeste do terreno.

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas - Minas Gerais - Brasil

ESTRUTURA ARQUITETÔNICA E URBANISTICA **EAU– 169**

Fatores de degradação:

Como fatores de degradação, destaca-se a ação do tempo e das intempéries; a ausência de obras de manutenção e preservação; atos de vandalismo e a ocupação inadequada da edificação por pessoas em situação de vulnerabilidade habitacional.

Medidas de conservação:

Em primeiro momento, recomenda-se que sejam realizados projeto e obras de restauração da edificação, de forma a reverter os danos existentes, preservando suas características e técnicas construtivas. Posteriormente, é fundamental importância que seja destinado um uso adequado ao imóvel, que contribua para sua conservação e exaltação de suas características estilísticas.

Medidas de proteção e salvaguarda:

Além do restauro e destinação de um uso adequado ao imóvel, é de grande importância que sejam realizadas ações de educação patrimonial com a população congonhense, destacando a importância da preservação e salvaguarda do bem, e sua representatividade histórica, simbólica e arquitetônica para o município.

Intervenções:

Não se tem relatos de intervenções realizadas no bem.

Referências bibliográficas:

- CORONA, Eduardo, LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Dicionário da Arquitetura Brasileira. São Paulo: Artshow Books, 1989.
- DHPI. *Análise e Parecer – Embarcadouro Ferroviário de Minério da Cruzeiro do Sul Mineração 1940 – 1970*. Congonhas, 2023.
- Fontes Orais: Entrevista concedida a Racchel Santiago Chaves, por Hugo Castelani Pyramo Gomes Cordeiro. Chefe do Setor de Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Congonhas. Congonhas, agosto de 2023.

Informações complementares:

A edificação está inserida na ZPR - Zona de Preservação de Revitalização da lei de uso e ocupação do solo das ambiências dos monumentos históricos – lei nº 2457/2004.

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas - Minas Gerais - Brasil	
ESTRUTURA ARQUITETÔNICA E URBANISTICA	**EAU– 169**
Ficha técnica:	
Levantamento e fotografia: Racchel Santiago Chaves e Hugo Castelani Pyramo Gomes Cordeiro	Data: 28/08/2023
Elaboração: Racchel Santiago Chaves	Data: 24/10/2023
Revisão: Rede Cidade Desenvolvimento Sustentável e Hugo Castelani Pyramo Gomes Cordeiro	Data: 06/11/2023

6.3.2. FICHA ARQ 11 – ARQUIVOS DA ESCOLA BARÃO DE CONGONHAS

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

ACERVOS
Arquivísticos, Bibliográficos, Museográfico, Artísticos, Audiovisual
ARQ – 11

Município:	Congonhas	**Distrito:**	Sede
Designação	Arquivos da Escola Barão de Congonhas		
Endereço:	Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 154 - Centro		
Propriedade / direito de propriedade:	Pública /Prefeitura Municipal de Congonhas		
Subordinação Administrativa:	Prefeitura Municipal de Congonhas		
Responsável:	Mirtes Costa – Diretora da Escola Barão de Congonhas		
Restrição de acesso:	Sim	**Horário de atendimento:**	7:00 – 17:00 h

Documentação fotográfica:

Figura 01: Vista aérea da Escola Barão de Congonhas, local de guarda do acervo.
Área 01 – Distrito Sede
Fonte: Google Earth/2023

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

ACERVOS

Arquivísticos, Bibliográficos, Museográfico, Artísticos, Audiovisual **ARQ – 11**

Foto 01: Vista das caixas com arquivos dos antigos alunos.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Foto 02: Caixas onde estão armazenados documentos antigos.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Foto 03: Pastas de atas armazenadas no interior de uma das caixas.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Foto 04: Documentos armazenados em ordem alfabética.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

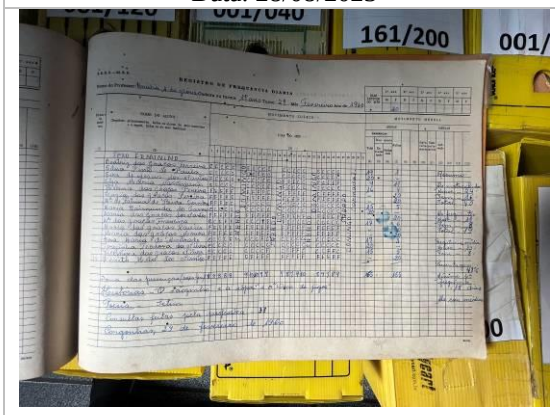

Foto 05: Páginas de um dos livros de registro de frequência diária. Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

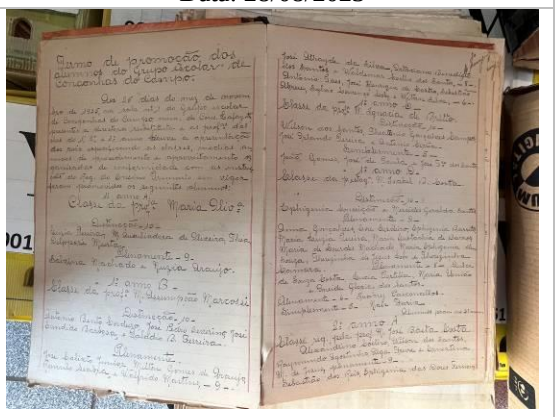

Foto 06: Páginas de um dos livros de atas.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

ACERVOS

Arquivísticos, Bibliográficos, Museográfico, Artísticos, Audiovisual **ARQ – 11**

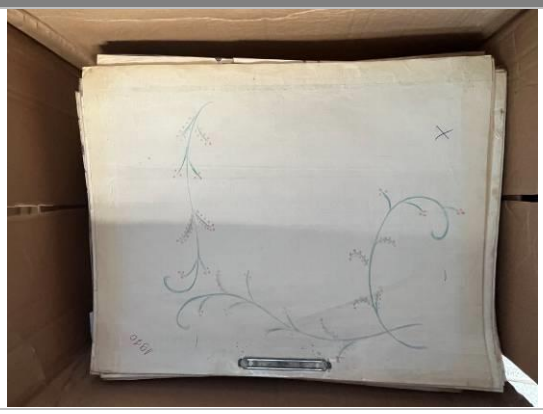

Foto 07: Capa de um dos planos de aula elaborados pelas professoras.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Foto 08: Vista de algumas das pastas armazenadas diretamente sobre o armário.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Foto 09: Sala onde está armazenado o acervo.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Foto 10: Fachada da Escola Barão de Congonhas.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Motivação do Inventário:

Os Arquivos da Escola Barão de Congonhas possuem os históricos escolares de todos os alunos que passaram pela instituição de ensino, desde sua criação. Além deles, há planos de aulas elaborados pelas antigas professoras e outros documentos de grande relevância para a comunidade local.

Histórico do acervo:

A ocupação da área que viria a se tornar o município de Congonhas iniciou-se no século XVIII, devido à quantidade de ouro encontrada naquela região, pelos portugueses. Com o desenvolvimento da Freguesia e o crescimento de sua população, deu-se a necessidade da criação dos primeiros estabelecimentos de

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

ACERVOS

Arquivísticos, Bibliográficos, Museográfico, Artísticos, Audiovisual **ARQ – 11**

ensino. Em 1909, com a promulgação do Decreto Estadual nº 2.587, na povoação de Pires, foi criado um grupo escolar misto, considerado a primeira escola primária localizada no entorno do núcleo urbano de Congonhas. Posteriormente, em 1922, através do Decreto Estadual nº 6.004, houve a criação da Escola Rural Mista, no povoado de Esmeril. Com a unificação do distrito e seu decorrente crescimento, fez-se necessária a instalação de um grupo escolar primário, em sua área urbana. Assim, em 15 de junho de 1929, foi promulgado o Decreto Estadual nº 9.093, que autorizava a criação do grupo escolar "Congonhas do Campo", tornando-se o primeiro grupo escolar do distrito de Congonhas do Campo. Em 15 de fevereiro de 1930, o grupo escolar foi instalado à Rua Padre João Pio (Rua Direita), próximo à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Após uma longa disputa, Congonhas conseguiu sua emancipação em 1938, fato que elevou a necessidade de um edifício próprio para abrigar a escola. A construção da sede própria do educandário foi iniciada em 1944, sob a gestão do então prefeito municipal Alberto Teixeira dos Santos Filhos, conhecido como Dr. Albertinho, com financiamento do Governo de Minas Gerais. A inauguração ocorreu no início de 1945, com a presença das autoridades locais, professores, pais, alunos e de Dona Lalá, doadora do terreno. Durante o ato inaugural, através do Decreto Estadual nº 2143, o grupo escolar "Congonhas do Campo" foi rebatizado, recebendo a denominação de "Grupo Escolar Barão de Congonhas". O decreto, no entanto, não esclarece se a homenagem se refere a Lucas Antônio Monteiro de Barros, 1º Barão de Congonhas do Campo, ou a Lucas Antônio Monteiro de Castro, 2º Barão de Congonhas, sobrinho do primeiro. Devido ao uso contínuo e as demandas decorrentes do aumento do número de alunos, ao longo dos anos, a edificação passou por algumas reformas, sendo a primeira e maior delas, realizada pela CARPE (Construção, Ampliação e Reconstrução dos Prédios Escolares de MG), durante o primeiro semestre de 1974. Já em 1987, a escola passou por obras de ampliação, também realizadas pela CARPE, tendo sido construídos os anexos que abrigam, ainda hoje, a cantina, os banheiros e a biblioteca. Foi também realizada a instalação das grades à frente da fachada frontal. Em 2005, o Governo de

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil		
ACERVOS **Arquivísticos, Bibliográficos, Museográfico, Artísticos, Audiovisual**		**ARQ – 11**
Minas Gerais, através da Secretaria Estadual de Educação, realizou a última grande intervenção na edificação. Durante essa reforma, ao contrário das anteriores, não houve a preocupação com a preservação e recuperação de alguns dos elementos originais do imóvel, tendo sido realizada a substituição dos pisos originais, em ladrilhos hidráulicos, por revestimentos cerâmicos nas salas de aulas e nos corredores. Além disso, houve a troca do manto de cobertura e a pintura da edificação. A Escola Estadual Barão de Congonhas foi municipalizada no início de dezembro de 2021, após adesão ao projeto "Mãos Dadas", do governo de Minas de Gerais. Com a aprovação do repasse de recursos pela Câmara de Vereadores, a unidade, que atende alunos do Ensino Fundamental 01 (com turmas do 1º ao 5º ano), agora integra o quadro da rede municipal de ensino, tendo seu nome alterado para "Escola Municipal Barão de Congonhas". Em 2023, ano de realização desse inventário, a Escola Barão de Congonhas conta com 358 alunos matriculados, que se dividem em 14 turmas, durante os períodos matutino e vespertino. Durante o período noturno, a edificação recebe alunos do Centro de Estudos Supletivos – CESU, que não possui uma sede própria. Desde a instalação do educandário, a Sra. Terezinha de Jesus de Paula Costa foi a diretora que permaneceu por mais tempo no cargo, somando 24 anos consecutivos. No entanto, foram diversos os professores e diretores que se destacaram na história educacional da, então, Escola Barão de Congonhas.		
Datação:		
Arquivos da Escola Barão de Congonhas – década de 1940 – atualidade.		
Estágio de organização:		
( ) Não organizado	( ) Organizado parcialmente ou em organização	(**X**) Organizado
Conteúdo:		
Históricos escolares, livros de atas, livros de registro de frequência diária e planos de aulas elaborados pelas antigas professoras.		
Instrumentos de pesquisa:		
Os livros de históricos escolares dos antigos alunos estão organizados por índices,		

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil			
ACERVOS **Arquivísticos, Bibliográficos, Museográfico, Artísticos, Audiovisual**			**ARQ – 11**
que acompanham a ordem alfabética dos nomes dos alunos.			
Tipo de cópia fornecida:			
Os interessados podem solicitar fotocópia dos documentos.			
Tipo de suporte documental:			
(**X**) Textual (impresso e manuscrito)	( ) Iconográfico (fotografias, gravuras, etc.)		
( ) Cartográfico (plantas e mapas)	( ) Filmográfico (filmes e vídeos)		
( ) Sonoro (discos, cds,fitas cassetes)	( ) Eletrônico (disquetes, CD R, etc.)		
Mensuração/ quantificação:			
Não há uma mensuração da quantidade de documentos que compõem o arquivo, principalmente, considerando-se o fato de que o mesmo continua em desenvolvimento.			
Proteção legal existente:			
( ) Registro	( ) Tombamento		
( ) Entorno de bem tombado	( ) Regulação urbana	(**X**) Nenhuma	
Instância:	( ) Federal	( ) Estadual	( ) Municipal
Tipo de proteção:	( ) Isolado	( ) Conjunto	
Inscrição: Sem inscrição.			
Proteção legal proposta:			
( ) Registro	( ) Tombamento		
(**X**) Inventário	( ) Outros:		
Instância:	( ) Federal	( ) Estadual	(**X**) Municipal
Estado de conservação:			
(**X**) Excelente	( ) Bom	( ) Regular	( ) Péssimo
Análise do estado de conservação: Os Arquivos da Escola Barão de Congonhas encontram-se em excelente estado de conservação, de modo geral. Os danos observados são pontuais e não comprometem a integridade dos documentos.			
Fatores de degradação:			

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

ACERVOS

Arquivísticos, Bibliográficos, Museográfico, Artísticos, Audiovisual **ARQ – 11**

Como fatores de degradação destacam-se a ação do tempo e o manuseio inapropriado dos documentos.

Medidas de conservação:

Recomenda-se que os documentos sejam armazenados de forma segura. Além disso, periodicamente, deve-se realizada a aplicação de produtos adequados, que evitem a proliferação de insetos xilófagos no local de guarda do arquivo.

Medidas de proteção e salvaguarda:

Além da conservação e manutenção dos documentos, devem ser realizadas ações de educação patrimonial junto aos responsáveis pelos mesmos e com a população, em geral, elucidando sobre a importância do acervo, como patrimônio cultural do município de Congonhas.

Referências bibliográficas:

- CANDREVA, André. *Escola Municipal Barão de Congonhas.* Congonhas. Instituto Histórico e Geográfico de Congonhas, 2023;
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS. *História.* Disponível em: https://www.congonhas.mg.gov.br/index.php/historia/. Acesso em setembro de 2023;
- **Fontes Orais:** Entrevista concedida a Racchel Santiago Chaves, por Mirtes Costa – Diretora da Escola Barão de Congonhas.

Informações complementares:

Sem referências.

Ficha técnica:

Levantamento e fotografia: Racchel Santiago Chaves e Hugo Castelani Pyramo Gomes Cordeiro	Data: 28/08/2023
Elaboração: Racchel Santiago Chaves	Data: 24/10/2023
Revisão: Rede Cidade Desenvolvimento Sustentável e Hugo Castelani Pyramo Gomes Cordeiro	Data: 14/12/2023

6.2.3. FICHA BI 20 – COMUNIDADE DO CAMPINHO

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

BEM IMATERIAL **BI–20**

Município:	Congonhas	**Distrito:**	Zona Rural
Subcategoria:	Lugares		
Designação	Comunidade do Campinho		
Endereço:	Comunidade Campinho – Zona Urbana de Congonhas Coordenadas geográficas de referência: 20°29'4.76"S, 43°51'38.07"O		
Propriedade / situação de propriedade:	Pública/ Prefeitura Municipal de Congonhas		
Responsável:	Prefeitura Municipal de Congonhas		
Situação de ocupação:	Pública		
Uso atual:	Bairro / comunidade remanescente quilombola		

Análise do entorno / situação e ambiência:

A Comunidade do Campinho localiza-se na Zona Urbana do município de Congonhas, sendo acessada através da Avenida Michel Pereira de Souza, que se se tornou o acesso rodoviário norte de Congonhas pela BR-040. Seu entorno é composto por morros com áreas de pastagens que se mesclam a mata nativa, havendo, de forma espaçada, algumas propriedades de características tipicamente rurais.

O tráfego de veículos nas ruas da comunidade é baixo e caracterizado, majoritariamente, por carros de passeio. Entretanto, destaca-se a presença de veículos de carga, que transitam pelas Av. Michael, segregando a comunidade e prejudicam a integridade estrutural das casas.

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

BEM IMATERIAL **BI–20**

Documentação fotográfica e/ou outras mídias:

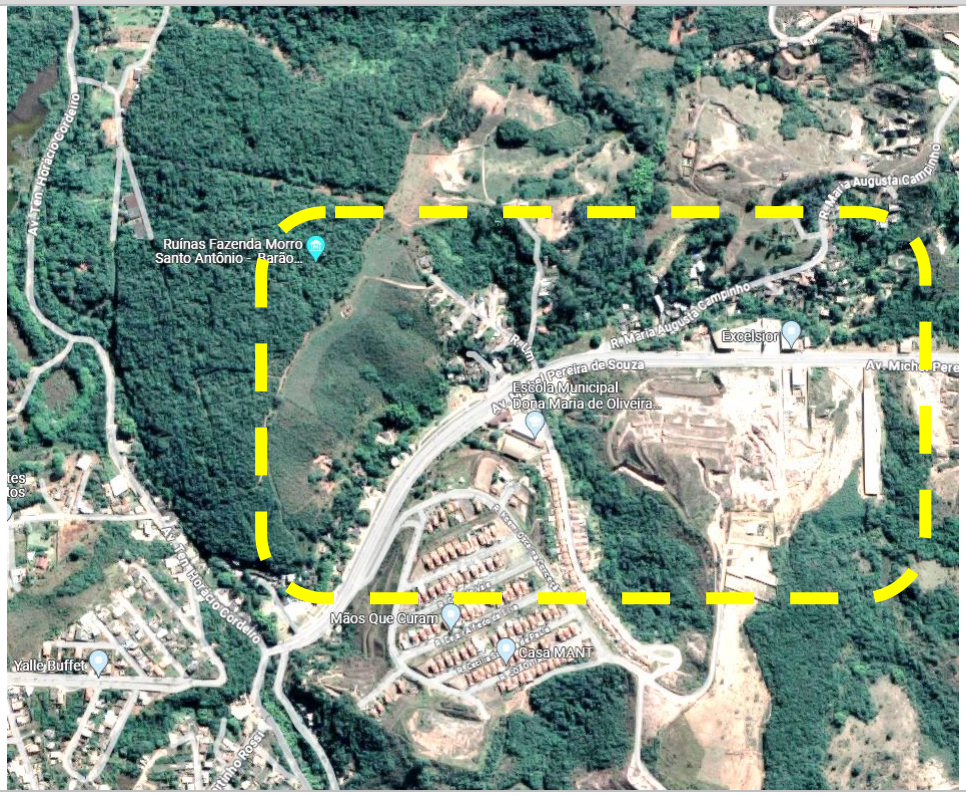

Figura 01: Mapa da região da comunidade atual do Campinho – Google Maps 2023

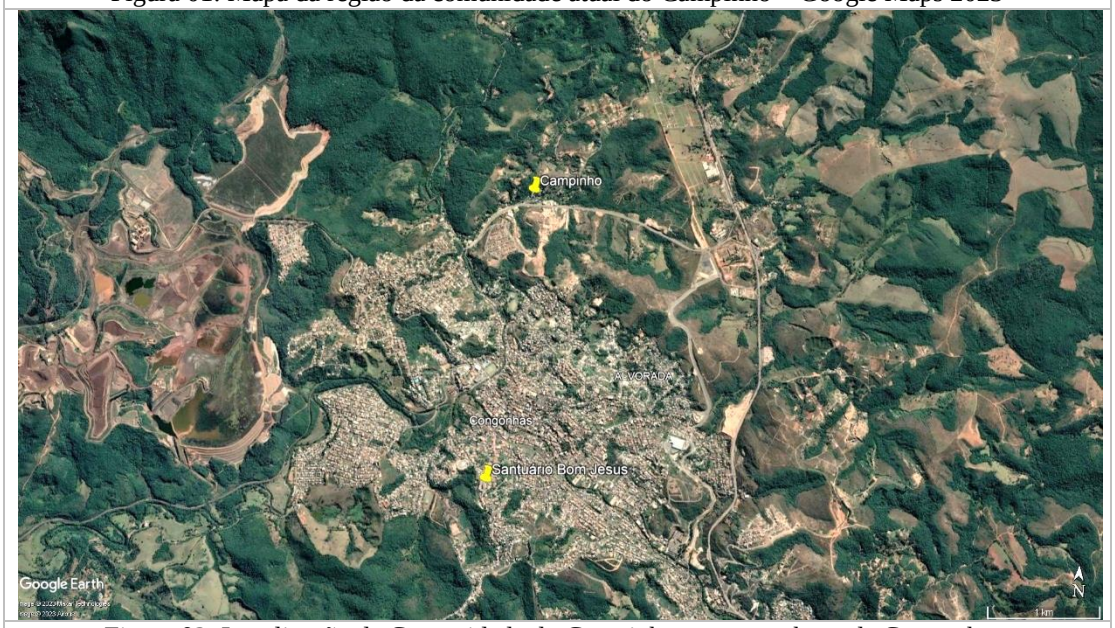

Figura 02: Localização da Comunidade do Campinho na zona urbana de Congonhas.
Área 01 – Distrito Sede
Fonte: Google Maps 2023

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

BEM IMATERIAL **BI–20**

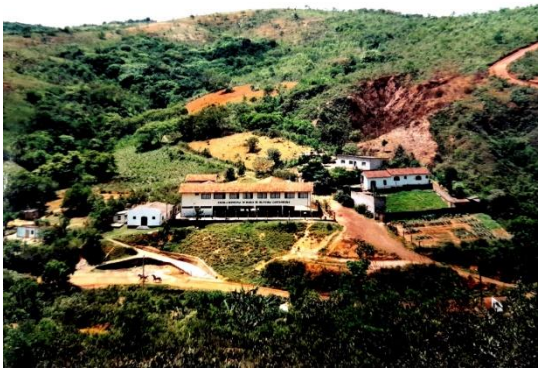

Foto 01: Comunidade Quilombola do Campinho.
Acervo: Comunidade do Campinho
Data: 28/08/2023

Foto 02: Capela Nossa Senhora de Lourdes.
Acervo: Comunidade do Campinho
Data: 28/08/2023

Foto 03: Abrigo do antigo moinho da comunidade.
Acervo: Comunidade do Campinho
Data: 28/08/2023

Foto 04: Antigo moinho d'água da comunidade.
Acervo: Comunidade do Campinho
Data: 28/08/2023

Foto 05: Entrega da Certificação Quilombola à comunidade.
Acervo: Comunidade do Campinho
Data: 28/08/2023

Foto 06: Cartaz elaborado pelas crianças da comunidade em celebração ao dia da consciência negra.
Acervo: Comunidade do Campinho
Data: 28/08/2023

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

BEM IMATERIAL **BI–20**

Foto 07: Apresentação das crianças durante a cerimônia de certificação.
Acervo: Comunidade do Campinho
Data: 28/08/2023

Foto 08: Apresentação musical realizada por membros da comunidade.
Acervo: Comunidade do Campinho
Data: 28/08/2023

Foto 09: Crianças usando trajes característicos das comunidades quilombolas.
Acervo: Comunidade do Campinho
Data: 28/08/2023

Foto 10: Cruzeiro e oração em exaltação à Santa Cruz.
Acervo: Comunidade do Campinho
Data: 28/08/2023

Motivação do Inventário:

A Comunidade do Campinho trata-se da única que atualmente possui certificação, emitida pela Fundação Cultural Palmares, no município de Congonhas com o auto reconhecimento como remanescente quilombola. Com mais de 150 anos de existência, a mesma ainda preserva grande parte das tradições dos povos originários, o que lhe confere singular relevância histórica, cultural e social para o município.

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

BEM IMATERIAL **BI–20**

Histórico:

O Campinho foi certificado pela Fundação Cultural Palmares em 10 de outubro de 2022 e está localizado no município de Congonhas, Minas Gerais. Sua formação data de mais de 150 anos, cerca de 60 anos antes da emancipação de Congonhas, enquanto município. Aproximadamente na década de 1880, chegou à região das proximidades do Rio Santo Antônio a família de Joaquim Firmino da Costa, Antônio Firmino da Costa, José Orestes Firmino da Costa e Maria da Penha Firmino da Costa. Os irmãos chegaram ainda jovens, acompanhados dos pais, vindos de Resende Costa, com o objetivo de se estabelecer e trabalhar nas fazendas da região.

Na época da chegada da família, havia pouquíssimas regiões habitadas no entorno e Congonhas do Campo era um distrito de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete). Aos poucos, outros membros da família vieram e começaram a construir suas casas de taipa de mão (pau-a-pique) e cobertura de sapê através de mutirões. Também passaram a cultivar nas terras roças de milho, mandioca, abóbora (fruto e cambuquira, que são os brotos das folhas), feijão, ora-pro-nóbis, batata doce (tanto o rizoma quanto as folhas), chuchu que eram a base da alimentação. Eram colhidas plantas das matas para a alimentação como, por exemplo, carambiá, broto de taboa, broto de samambaia, broto de bambu, caruru e cansanção. Também era feita a bebida Jacuba, a base de farinha de mandioca, adoçada com melado de cana e às vezes adicionada de cachaça. Os guisados sempre foram muito apreciados. Os cuidados com a saúde eram feitos com as ervas cultivadas nos quintais ou retiradas das matas, mas, antigamente, esse era o único recurso a se recorrer. A benzeção sempre foi usada para as práticas de cura e cuidado, além de carregarem um vasto conhecimento sobre ervas medicinais, as benzedeiras também são consideradas mestras de referência para o quilombo, apesar de o ofício ter diminuído com o passar do tempo. A região onde a comunidade se estabeleceu é um fundo de vale, no encontro de córregos que foram bastante explorados no ciclo do ouro. O acesso era via uma pequena estrada de terra, que existia desde os primórdios de Minas Gerais, como braço da Estrada Real, que ligava Congonhas às

comunidades acima, como o Barnabé e Pires, já existentes e seguia até a antiga Vila Rica e Belo Vale. Nessa estrada passaram inúmeros tropeiros, garimpeiros e viajantes estrangeiros, principalmente no Século XIX, como Auguste Saint-Hilaire, em 1819, e cita *"entre Pires e Congonhas empresta à paisagem um encanto a que se ajunta a desigualdade das montanhas. E sobretudo no lugar chamado Barnabé que a vista se torna mais agradável. Ao longe vê-se sobre o cume de um morro uma das igrejas de Congonhas; de todos os lados vêem-se cumiadas separadas e desiguais, de formas variadas, verdes pastagens e bosquetes; à direita do caminho existe uma profunda mineração de ouro, cavada sobre o flanco de uma colina; esta é dominada por uma montanha mais elevada, onde as rochas se mostram aqui e acolá; e, sobre o lado da montanha um regato o formando uma cascata, espalha sobre o rochedo suas águas espumantes. Antes de chegar a Congonhas passa-se por um regato que tem o nome de rio Santo Antônio, e que próximo ao povoado de Congonhas, reúne suas águas a um regato mais considerável, chamado rio das Congonhas."*

O nome Campinho se deu ao fato de próximo à comunidade existia uma fazenda centenária chamada Campo das Flores. Existiam outras fazendas e minas remanescentes do ciclo do ouro na região do Campinho e também muitas terras livres, que, pelo Brasil, eram chamadas de terras devolutas. Essas terras compunham o território tradicional do Campinho, eram usadas para as roças, de forma coletiva, com técnicas de cultivo que permitem a regeneração do ecossistema como assinala Manoela Carneiro da Cunha e Mauro Wagner de Almeida.

Até a década de 1990, não existiam ruas asfaltadas na comunidade e os caminhos eram trilhos abertos nas matas e não permitiam a circulação de carros. Ainda existe um antigo moinho que era usado para processar o milho colhido nas roças, produzindo-se o fubá. O fubá era a principal matéria prima para se produzir as quitandas, como por exemplo, o mungunzá, pamonha, o João Deitado (cuscuz), a broa de fubá e o cubu. Do milho também era feita a canjiquinha e o angu. Em meados do século XX, a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN se instalou em Congonhas, trazendo como consequência um enorme crescimento populacional.

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

BEM IMATERIAL **BI–20**

De 14 mil habitantes, na década de 1970, passou a 45 mil na década de 1980. Em decorrência da ampliação urbana, foi aberta a Avenida Michael Pereira de Souza, com o objetivo de se criar o acesso norte ao Município com a BR-040. Essa obra ocorreu nos primeiros anos de 2000 e para ela foram desapropriadas dezenas de famílias, cortando a comunidade ao meio. Anos depois, foram realizadas obras urbanísticas devido às ocupações nas margens do córrego do campinho, entretanto, uma parte da comunidade resistiu e não aceitou sair. As famílias foram realocadas para casas com área restrita na parte oposta, denominado de "Novo Campinho" e construídas com material de baixa qualidade, tanto que, em diversas delas, são encontrados danos nos elementos construtivos. Não houve naquele momento nenhum tipo de consulta aos moradores, havendo, inclusive, uma disputa judicial que evitou que todas as famílias fossem retiradas de suas terras. Em 2013, com objetivo de escoar melhorar o trafego de ônibus de trabalhadores e carretas de mineração, foi ligada à Av. Michael a construção da Av. Contorno Norte, onde parte de acervo arqueológico existente fora destruído, gerando um TAC da Prefeitura de Congonhas com o Ministério Público de Minas Gerais, condicionando à toda obra de grande movimentação de terras no Município ter levantamento arqueológico prévio.

Logo depois da abertura da avenida Michael, o território da comunidade começou a ser loteado, pela especulação imobiliária, e as áreas livres que eram usadas para as roças foram sendo reduzidas até acabar completamente. Atualmente, na comunidade não se encontram áreas para o cultivo de roças, que foi a principal meio de sustento durante tantos anos. Suas antigas terras estão sob posse de terceiros e se transformaram, em sua maioria, em pasto para o gado. Cabe dizer que na época já havia sido promulgada a Constituição Federal de 1988, que no artigo 68 do ADCT determinava: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

Descrição do lugar e suportes físicos:

As vias da comunidade são pavimentadas por blocos sextavados intertravados de

concreto, iluminadas por postes de concreto com fiação aérea. As edificações são, em grande medida, residenciais de altimetria térrea, sem estilo arquitetônico definido. Dentre os imóveis de maior relevância destaca-se a Capela Nossa Senhora de Lourdes, a Escola Municipal Dona Maria de Oliveira Castanheira e o antigo moinho d'água.

A caracterização do uso das terras se encaixa na definição de Territórios Tradicionais enunciada pelo Decreto Federal 6.040 de sete de fevereiro de 2007 como sendo "os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;".

Por volta do ano 1970, foi fundada a Banda de Congado Beija Flor do Campinho pelo Senhor José Faustino e pelo Senhor Ataydes Firmino, com o apoio de outros moradores da comunidade. Posteriormente, foi assumida pelo Senhor Antônio Barnabé e pelo Senhor Guilherme Balbino, conhecido por Raul. A banda foi inventariada pelo município no ano de 2013. No mesmo ano também foram inventariadas a Festa de Nossa Senhora de Lourdes e a Festa de Santa Cruz, todos os três com a proposição de serem registradas enquanto patrimônio do município de Congonhas. Além dos bens inventariados, o Quilombo Campinho também promove a Marujada e a Festa de São João, com fogueira e quadrilha.

A Invenção de Santa Cruz sempre foi uma celebração muito importante para a comunidade e acontecia sempre no dia 03 de maio, segundo contava a Senhora Maria Resende de Paula, conhecida como Dona "Fiinha", já falecida e antiga moradora do bairro. Ela relatava que essa celebração era muito importante para a comunidade. Relembrava a época que, quando criança ajudava a sua avó e bisavó com as preparações para a festa. Era costume fazer e enfeitar na véspera, uma pequena cruz de madeira que seria colocada na entrada das casas, com intuito de proteger o Lar contra os males. Sabe-se que no dia de Santa Cruz, o padre da região saía em procissão, passando de casa em casa, para abençoar as cruzes que os

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

BEM IMATERIAL **BI–20**

moradores do bairro haviam enfeitado no dia anterior. O enfeite era feito, na maioria das vezes, com papel colorido, flores, folhas, retalhos de panos e etc. Com o passar do tempo, a festa foi perdendo força, entretanto, os antigos moradores da região costumam enfeitar as cruzes e exibi-las na data da festa. Depois de benzidas, as cruzes são colocadas nas portas ou janelas das casas, rezando-se como mandava tradição, a oração que se segue: "*Arreda, arreda satanás! Tu nesta casa não entrarás. Que no dia de Santa cruz, Mil vezes dirá: Maria e José".*

Outra celebração muito importante é a Festa de Nossa Senhora de Lourdes, padroeira do quilombo, promovida sempre no mês de fevereiro, se iniciando com uma novena e encerrando no dia 11, o dia da santa. A igreja, que traz o nome da Santa, fica na área de ocupação mais antiga e foi construída coletivamente pela própria comunidade.

Bens culturais de natureza material e imaterial associados:

Capela Nossa Senhora de Lourdes, Antigo Moinho, Cruzeiro, Festa de Nossa Senhora de Lourdes e a Festa de Santa Cruz, Comidas Típicas, Banda de Congado Beija Flor, Marujada e Festa de São João.

Relação da comunidade com o espaço:

A comunidade possui uma relação íntima e indissociável com o espaço onde ela se encontra, uma vez que o povoado foi criado e se desenvolveu através do intenso trabalho dos ancestrais dos atuais habitantes.

Público a que se destina o lugar:

De acordo com entrevistados, a comunidade é composta por descendentes dos primeiros quilombolas que chegaram ao local e também por novos moradores, que são acolhidos como parte do grupo, independente do tom de sua pele.

Tipo de apoio que o lugar recebe:

Além do apoio da Prefeitura Municipal de Congonhas, o Diário Oficial da União publicou portaria nº 265, de 10 de outubro, da Fundação Cultural Palmares, certificando Campinho como comunidade Quilombola. O trabalho desenvolvido de resgate social, cultural e histórico das professoras da Escola Municipal Dona Maria

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

BEM IMATERIAL **BI–20**

de Oliveira, foi decisivo nesta conquista de titularidade que valoriza o sentimento de pertencimento.

Proteção legal existente:			
( ) Registro		( ) Tombamento	
( ) Entorno de bem tombado		( ) Regulação urbana	(**X**) Nenhuma
Instância:	( ) Federal	( ) Estadual	( ) Municipal
Tipo de proteção:	( ) Isolado	( ) Conjunto	
Inscrição: Sem inscrição.			
Solicitante de Registro: Não se aplica.			

Proteção legal proposta:			
( ) Registro		( ) Tombamento	
(**X**) Inventário		( ) Outros:	
Instância:	( ) Federal	( ) Estadual	(**X**) Municipal

Medidas de proteção e salvaguarda:

No ano de 2009, foi construído, dentro das ambiências da comunidade, um conjunto habitacional para abrigar o bairro Novo Plataforma, antigo bairro Plataforma, realocado pela CSN para a ampliação de sua atividade. Além de ser dentro das ambiências da comunidade, também inutilizou um campo de futebol que era usado coletivamente há várias gerações. A realocação do bairro dificultou o acesso ao campo, ficando abandonado. Também não houve nenhuma consulta à comunidade desrespeitando o direito "à consulta livre, prévia e informada" de que fala a convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) à qual o Brasil é signatário desde o ano de 2003.

A chegada e crescimento agressivo da mineração ao longo das décadas trouxeram consequências para a comunidade, que vão além da expulsão das famílias de seus terrenos tradicionais, como, por exemplo, a chegadas de vários moradores não originários quilombolas, esgoto nas águas, além das dificuldades com o abastecimento dada a enorme demanda de água devido à falta de infraestrutura urbana histórica para com a comunidade, sempre taxada como periférica. O trânsito

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

BEM IMATERIAL **BI–20**

intenso de veículos, incluindo veículos de carga na avenida, gerou grande risco para os moradores, principalmente crianças e idosos.

Estas violações constantes que ocorreram com a comunidade do Campinho causaram o enfraquecimento de importantes manifestações culturais como, por exemplo, as atividades da Banda de Congado Beija Flor do Campinho, a Festa da Padroeira e a Festa das Cruzes, além dos conhecimentos associados ao modo de cultivo tradicionais da comunidade. É importante ressaltar que essas violações fazem parte de um processo histórico que foi criando obstáculos de todas as ordens para que não tivessem acesso legal às terras os povos indígenas, os escravos alforriados e os trabalhadores imigrantes que começavam a ser recrutados. Coibindo a posse e instituindo a aquisição como forma de acesso à terra, a legislação instituiu a alienação de terras devolutas por meio de venda, vedando, entretanto, a venda em hasta pública, e favoreceu a fixação de preços suficientemente elevados das terras, buscando impedir a emergência de um campesinato livre.

Continuando esse processo, a Prefeitura de Congonhas abriu, em 14 de dezembro de 2022, uma licitação visando à construção de um conjunto habitacional sem qualquer tipo de consulta à comunidade. Em decisão judicial recente, as obras foram liberadas para acontecerem, uma vez que o processo de regularização fundiária do território ancestral junto ao INCRA ainda não foi iniciado, sendo recomendada a abertura do processo o mais breve possível. Outra medida urgente é o registro das manifestações culturais com seus respectivos Planos de Salvaguarda conforme recomendado no Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural de Congonhas/MG do ano de 2013.

Referências bibliográficas:

- FRIZERO, Mariana Gonçalves, Estudo Preliminar na Comunidade Quilombola de Campinho. Dezembro de 2022;
- **Fontes Orais:** Entrevista concedida a Racchel Santiago Chaves, por Edir do Carmo Reis Lopes, Geraldino da Costa, Guilherme Balbino, José Maia e Esmeraldina Meireles - membros da Comunidade do Campinho;

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil	
BEM IMATERIAL	**BI–20**
▪ Entrevista concedida a Racchel Santiago Chaves, por Helen Maria Dias Leite e Ana Luiza Romualdo Coelho, diretora e pedagoga da Escola Municipal Dona Maria de Oliveira Castanheira, respectivamente.	
Informações complementares:	
Sem referências.	
Ficha técnica:	
Levantamento e fotografia: Racchel Santiago Chaves e Hugo Castelani Pyramo Gomes Cordeiro	Data: 28/08/2023
Elaboração: Racchel Santiago Chaves	Data: 24/10/2023
Revisão: Rede Cidade Desenvolvimento Sustentável e Hugo Castelani Pyramo Gomes Cordeiro	Data: 14/12/2023

6.2.4. FICHA BI 21 – COMUNIDADE DA BARRA DE SANTO ANTÔNIO

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil			
BEM IMATERIAL			**BI–21**
Município:	Congonhas	**Distrito:**	Comunidade da Barra de Santo Antônio
Subcategoria:	Lugares		
Designação	Comunidade Barra de Santo Antônio		
Endereço:	Comunidade Barra de Santo Antônio – Zona Rural de Congonhas Latitude: 20°32'19.00"S, Longitude: 43°58'20.09"O		
Propriedade / situação de propriedade:	Pública/ Prefeitura Municipal de Congonhas		
Responsável:	Prefeitura Municipal de Congonhas		
Situação de ocupação:	Pública		
Uso atual:	Povoado rural		
Análise do entorno / situação e ambiência:			
A Comunidade da Barra de Santo Antônio localiza-se na zona rural de Congonhas, sendo acessada pela rodovia MG-155, que se liga a uma estrada vicinal em terreno natural compactado. O local do povoado, às margens do Rio Paraopeba, é encontro de alguns córregos explorados e de importante referência para a região, como uma curva do Paraopeba após junção com o Rio Maranhão e sequência a norte ao encontro do Rio Camapuã, na atual Jeceaba. Ao mesmo tempo, o solo às margens do Paraopeba é considerado muito fértil para agricultura, somado ao garimpo, onde surgiram inúmeras fazendas ao longo do leito, obviamente com centenas e talvez milhares de escravizados entre os Séculos XVIII e XIX.			

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

BEM IMATERIAL **BI–21**

Documentação fotográfica e/ou outras mídias:

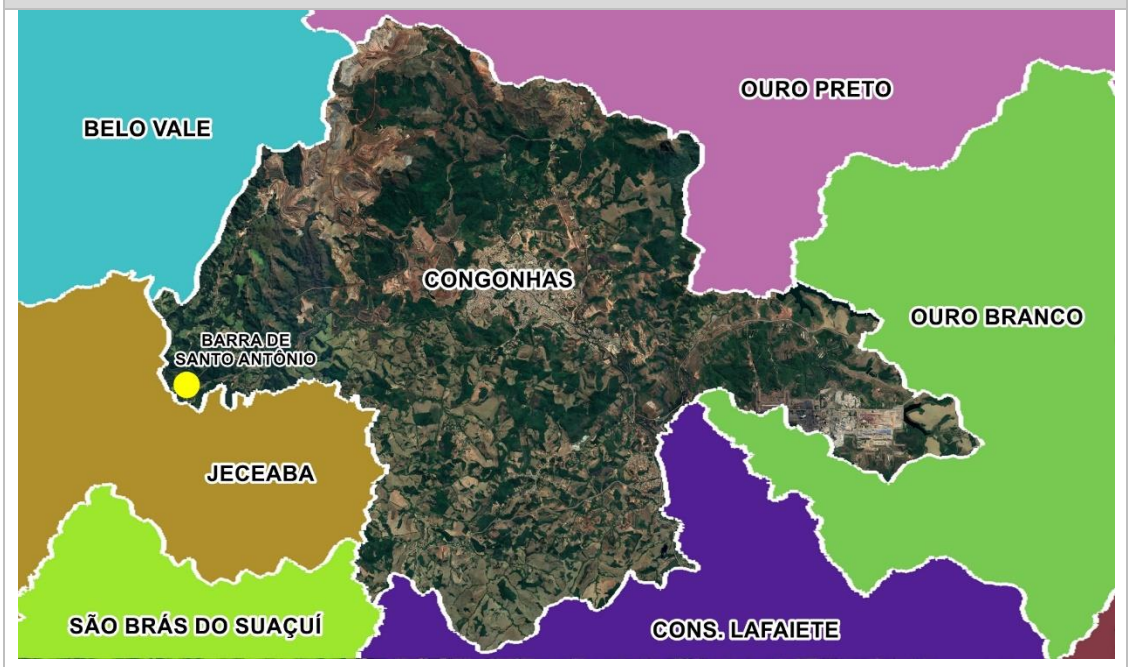

Figura 01: Mapa de localização da Comunidade da Barra de Santo Antônio, em relação ao distrito sede de Congonhas.
Área 05 – Área Rural
Fonte: DPHI – 2023.

Foto 01: Comunidade da Barra de Santo Antônio.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Foto 02: Via pavimentada com blocos intertravados de concreto, no entorno imediato da Capela Santo Antônio.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

BEM IMATERIAL **BI–21**

Foto 03:Reunião de moradores da comunidade, no adro da Capela de Santo Antônio.
Acervo: Hugo Cordeir0
Data: 2022

Foto 04: Vista de algumas edificações da comunidade.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Foto 05: Capela de Santo Antônio, local onde ocorrem as celebrações religiosas e também as interações sociais da comunidade.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Foto 06: Altar da Capela de Santo Antônio, onde se encontram alguns bens móveis de grande valor para a história local.
Autoria: Racchel Santiago
Data: 28/08/2023

Motivação do Inventário:

Embora ainda não seja certificada pela Fundação Cultural Palmares, os habitantes da Comunidade da Barra de Santo Antônio se identificam como remanescentes quilombola, uma vez que preservam grande parte dos costumes e características do povoado, fundado por seus antepassados. Sendo assim, a comunidade representa um local de memória, de grande valor histórico, cultural e social para Congonhas.

Histórico:

Sabe-se que toda a região sudoeste do município de Congonhas é limitada pelo Rio Paraopeba. O rio nasce no município de Cristiano Otoni, a sul de Congonhas, fora do Quadrilátero Ferrífero. Em grande parte da margem direita do Paraopeba, dentro de

Congonhas, deságuam córregos e rios vindos das serras auríferas, que levaram muito ouro para a calha do rio principal. Essa foz de rios e córregos também é denominada de "barra". Barra é uma formação geológica que pode ocorrer nas desembocaduras de canais, estreitos, estuários, rios e outros cursos de água, devido à acumulação de material de aluvião, paralelo à costa, na linha onde a corrente do curso de água e a do corpo onde este desemboca se equilibram. Neste ponto, é comum haver uma linha de rebentação, devido à diminuição da profundidade (BLOG UM MILHÃO DE METROS, 2014). Nessa região do chamado Alto Paraopeba, surgiram uma quantidade de fazendas às margens do rio, além de algumas comunidades quilombolas, sendo ao menos três já reconhecidas pela Fundação Palmares, como por exemplo: Boa Morte e Chacrinha dos Pretos em Belo Vale e, à montante, Mato Dentro em Conselheiro Lafaiete, no limite com São Brás de Suaçuí.

Conforme mostrado na citação de Lucas Antônio Monteiro de Castro, dezenas dessas fazendas estavam dentro de propriedade da família Monteiro de Barros, incluindo a chamada Fazenda da Barra que, segundo descrições de antigos moradores, estava localizada na região entre o povoado do Esmeril, dividindo terras com a Fazenda do Salto do Paraopeba. Dessa forma, acredita-se que origem da comunidade "Barra de Santo Antônio" adveio de um trecho de terra que pertencia a mencionada "Fazenda da Barra". Em determinados trechos da Carta Arqueológica de Congonhas, ao citar as explorações na região do Esmeril, cita os córregos Bichento (ou Represado – conforme mudança de nomenclatura em mapas distintos), córrego Lagoa Escura e córrego Caetano, onde menciona novamente a chamada Fazenda da Barra, que geograficamente estava na região próxima onde se formou o povoado Barra de Santo Antônio. "Córrego Lagoa Escura tem suas cabeceiras na área do Morro da Cruz das Almas, que é a parte mais baixa e ao sul da Serra do Batateiro, mas seu vale parece ter sido associado mais aos 'Campos do Esmeril' do que ao Batateiro. Inclusive, sua posição foi aproximada ao Córrego dos Andaimes (do Caetano), reforçando essa relação. Aliás, em alguns trabalhos de geólogos como Arrojado Lisboa e Costa Sena, boa parte do Esmeril é anexada com as terras da Fazenda da Barra" (APM, RTP, 1856; LIVRO DE NOTAS n.3, Cartório do Ofício de Notas de Alto Maranhão).

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

BEM IMATERIAL **BI–21**

Em pesquisas realizadas na Capela de Santo Antônio, a atual existente no povoado, construída em alvenaria de tijolos e concreto pelos moradores do povoado, foram constatados alguns fatos que comprovam a origem antiga do povoado: o primeiro é que existia uma capela primitiva no povoado, segundo os moradores, feita em pau-a-pique, ainda "do tempo dos escravos" conforme relatado pelo morador Narciso Pereira Rocha, que é neto de Antônio que também nasceu na Barra. Em segundo lugar é que nas matas acima do povoado, a alguns quilômetros, existem ruínas de uma fazenda, onde segundo o morador, um antepassado seu trabalhou, citando encontrar correntes de uma possível senzala, podendo ser a sede da Fazenda da Barra. Em terceiro lugar é que em volta de todo o povoado existem inúmeras marcas de exploração aurífera antiga; o quarto é que dentro da atual capela existem alguns acervos do Século XIX, como um Missal Romano raro em latim, datado de 1.848 e três imagens sacras de madeira policromada, com características do final do Século XIX, além do sino de bronze, segundo os moradores, também oriundo da capela primitiva. Em quinto lugar, em pesquisas realizadas no Livro de Tombo Paroquial da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas, foi encontrado um Termo de Casamento realizado na primitiva Capela da Barra de Santo Antônio, conforme citado abaixo: "Aos vinte e nove de setembro de mil novecentos casaram-se na Capella da Barra, filial de Congonhas do Campo GERALDO JULIO D NASCIMENTO da freguesia de Santo Amaro e HELENA MARIA DE JESUS; elle filho natural de Carolina Maria do Nascimento; ella filha de Antônio Joaquim da Conceição e João e Maria (LIVRO DE TOMBO MATRIZ DE CONGONHAS, 1900, nº II, III, IV e V). A inclusão devocional de Santo Antônio no nome da Capela se dá provavelmente pela relação de alguma data inaugural com o dia 13 de junho, dia de Santo Antônio, ou também pode ter relação com a nomenclatura das Serras de Santo Antônio, Fazenda Morro de Santo Antônio e Capela de Santo Antônio, na área central das posses da Família Monteiro de Barros em Congonhas, de grande alcance, incluindo a região da Barra. Outro fator interessante é que os moradores mencionaram a tradição que sempre realizavam grandes festas juninas em devoção ao santo padroeiro, Santo Antônio, mas com o passar dos anos a prática tem se

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

BEM IMATERIAL **BI–21**

acabado, sendo um dos motivos, de acordo com os moradores, a falta de frequência do Pároco que rege a Capela de Santo Antônio nos últimos anos, alegando a longa distância do povoado para com a sede de Congonhas. Os moradores mencionaram também que as gerações anteriores sempre participavam de peregrinações para o Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, no mês de setembro. Confirmando a influência Católica sobre os moradores.

Segundo a Fundação Palmares, conforme o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, "consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida." São, de modo geral, comunidades oriundas daquelas que resistiram à brutalidade do regime escravocrata e se rebelaram frente a quem acreditava serem eles sua propriedade. As comunidades remanescentes de quilombo se adaptaram a viver em regiões por vezes hostis. Porém, mantendo suas tradições culturais, aprenderam a tirar seu sustento dos recursos naturais disponíveis, ao mesmo tempo em que se tornaram diretamente responsáveis por sua preservação, interagindo com outros povos e comunidades tradicionais tanto quanto com a sociedade envolvente. Seus membros são agricultores, seringueiros, pescadores, extrativistas e, dentre outras, desenvolvem atividades de turismo de base comunitária em seus territórios, pelos quais continuam a lutar. No caso da Barra de Santo Antônio, prevalece muito aspecto de parentesco direto dos moradores nascidos no povoado, com antepassados que trabalharam em Fazendas escravocratas daquela região, ao final do Século XIX, como a Fazenda da Barra, de Santa Cruz, Salto do Paraopeba, Coelhos, Palmeira entre outras, sempre passando as tradições e histórias para as gerações futuras.

Descrição do lugar e suportes físicos:

Algumas vias da comunidade são pavimentadas por blocos intertravados de concreto e outras permanecem sem pavimentação, preservando as vias em terreno natural compactado. As mesmas são iluminadas por postes de concreto com fiação aérea. O

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil	
BEM IMATERIAL	**BI–21**

tráfego de veículos é baixo e caracterizado, majoritariamente, por carros de passeio. No entanto, destaca-se que na semana em que é realizado o Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matosinhos, o trânsito no local aumenta consideravelmente, uma vez que a comunidade é uma famosa rota dos romeiros. As edificações são, em grande medida, residenciais, de altimetria térrea, sem estilo arquitetônico definido. Dentre os imóveis de maior relevância, destaca-se a Capela de Santo Antônio, onde é rezada uma missa por mês, sendo também utilizada para integração social dos moradores da comunidade.

Como não há instituições de ensino na região, os habitantes em idade escolar são levados para o município vizinho, Jeceaba, que se encontra mais próximo à comunidade do que o distrito sede de Congonhas.

A Capela de Santo Antônio é também o local onde ocorrem as celebrações e festividades juninas, único evento de maior expressão realizado no povoado.

Dentre as atividades econômicas, destaca-se a agricultura familiar como principal fonte de renda e de subsistência da população local.

Bens culturais de natureza material e imaterial associados:

Missal Romano em latim, datado de 1.848; três imagens sacras de madeira policromada; sino de bronze; festas juninas em devoção ao santo padroeiro, Santo Antônio.

Relação da comunidade com o espaço:

A comunidade possui uma relação íntima e indissociável com o espaço onde ela se encontra, uma vez que o povoado foi criado e se desenvolveu através do intenso trabalho dos ancestrais dos atuais habitantes.

Público a que se destina o lugar:

De acordo com entrevistados, a comunidade é composta por descendentes dos primeiros escravizados ou ex-excravizados que chegaram ao local e também por novos moradores, que são acolhidos como parte do grupo, independente do tom de sua pele.

Tipo de apoio que o lugar recebe:

Como a comunidade ainda não é certificada pela Fundação Cultural Palmares, o

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil

BEM IMATERIAL **BI–21**

único apoio que ela recebe é proveniente da Prefeitura Municipal de Congonhas.

Proteção legal existente:

( ) Registro		( ) Tombamento	
( ) Entorno de bem tombado		( ) Regulação urbana	(**X**) Nenhuma
Instância:	( ) Federal	( ) Estadual	( ) Municipal
Tipo de proteção:	( ) Isolado	( ) Conjunto	

Inscrição: Sem inscrição.

Solicitante de Registro: Não se aplica.

Proteção legal proposta:

( ) Registro		( ) Tombamento	
(**X**) Inventário		( ) Outros:	
Instância:	( ) Federal	( ) Estadual	(**X**) Municipal

Medidas de proteção e salvaguarda:

Por ser uma comunidade que, até então, foi ignorada pela sociedade desde sua formação, somada à falta de infraestrutura, apoio cultural, inclusive o citado abandono religioso, algumas famílias nativas acabaram optando por sair da comunidade em busca de condições favoráveis de qualidade de vida e financeiras, indo morar, inclusive, na sede de Congonhas ou de Jeceaba, muito próxima da Barra. Com isso, até mesmo às tradições estão em risco de se perder, caso não iniciem ações urgentes na comunidade. Porém pelo acompanhamento inicial feito a partir de 2021, ainda é possível provocar a retomada de identidade original da comunidade, sendo um dos passos a captação desses benefícios em vários setores, como o da infraestrutura e saneamento. Outros reconhecimentos como o da Fundação Palmares seria mais um passo grande para tornar a Barra de Santo Antônio referência histórica, cultural e principalmente de resistência e resiliência, que se perduram desde os tempos de escravidão.

Referências bibliográficas:

- Diretoria de Patrimônio Histórico. Breve Histórico Barra de Santo Antônio. Congonhas, 2022;

Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Congonhas- Minas Gerais - Brasil	
BEM IMATERIAL	**BI–21**
▪ **Fontes Orais:** Entrevista concedida a Racchel Santiago Chaves, por Hugo Castelani Pyramo Gomes Cordeiro. Chefe do Setor de Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Congonhas. Congonhas, agosto de 2023; ▪ Entrevista concedida a Racchel Santiago Chaves, pelos moradores da Comunidade da Barra de Santo Antônio.	
Informações complementares:	
Sem referências.	
Ficha técnica:	
Levantamento e fotografia: Racchel Santiago Chaves e Hugo Castelani Pyramo Gomes Cordeiro	Data: 28/08/2023
Elaboração: Racchel Santiago Chaves	Data: 24/10/2023
Revisão: Rede Cidade Desenvolvimento Sustentável e Hugo Castelani Pyramo Gomes Cordeiro	Data: 14/12/2023

7. DIVULGAÇÃO DOS BENS INVENTARIADOS

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que os bens culturais inventariados, Embarcadouro Ferroviário de Minério da "Cruzeiro do Sul Mineração" (EAU 169), Arquivos da Escola Barão de Congonhas (ARQ 11), Comunidade do Campinho (BI 20) e Comunidade da Barra de Santo Antônio (BI 21), assim como os bens atualizados, Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos (BI 06) e Ladeira Bom Jesus (CJU 01), realizados no atual Exercício de 2025, e toda a listagem dos bens protegidos no Município de Congonhas, foram divulgados no *site* da Prefeitura Municipal e em uma das mídias sociais do município, através dos *links:*

https://www.congonhas.mg.gov.br/index.php/42799/

https://www.instagram.com/p/C1XoPkWv732/?igsh=ZTcxMWMzOWQ1OA==

Congonhas, 16 de dezembro de 2023.

gov.br Documento assinado digitalmente
HUGO CASTELANE PYRAMO GOMES CORDEIRO
Data: 02/01/2024 10:09:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Hugo Castelani Pyramo Gomes Cordeiro

Chefe do Setor de Patrimônio Cultural da
Prefeitura Municipal de Congonhas

9. FICHA TÉCNICA DO INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

EQUIPE TÉCNICA - INVENTÁRIO

REDE CIDADE
ARQUITETURA · URBANISMO · PATRIMÔNIO CULTURAL

Rua Major Lopes, 42A | 30330-050 | São Pedro | BH - Minas Gerais
(31) 3282-1615 | 3221-2132 | redecidade@redecidade-ds.com.br

Letícia Carvalho Assis | CAU: A26693-0
Rafael Caldeira F. Pinto | CAU: A26695-7

Responsáveis técnicos

FABIANE CRISTINE FONSECA:05462056664
Assinado de forma digital por FABIANE CRISTINE FONSECA:05462056664
Dados: 2023.12.31 15:46:56 -03'00'

Fabiane Cristine Fonseca
Arquiteta e Urbanista | CAU: A57410-4
Responsável pela coordenação e elaboração da Execução do Plano de Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural e responsável pela elaboração dos mapas

gov.br Documento assinado digitalmente
RACCHEL SANTIAGO CHAVES
Data: 31/12/2023 22:07:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Racchel Santiago Chaves
Arquiteta e Urbanista | CAU:A69971-3
Responsável pela elaboração das fichas de inventário

gov.br Documento assinado digitalmente
LETICIA CARVALHO ASSIS
Data: 03/01/2024 13:45:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Letícia Carvalho Assis
Arquiteta e Urbanista | CAU: A26693-0
Responsável pela revisão da Execução do Plano de Inventário

Colaborador

gov.br Documento assinado digitalmente
HUGO CASTELANE PYRAMO GOMES CORDEIRO
Data: 02/01/2024 10:11:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Hugo Castelani Pyramo Gomes Cordeiro
Arquiteto e Urbanista, Chefe do Setor de Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Congonhas
Responsável pelo acompanhamento do inventário

Este trabalho foi elaborado nos municípios de Congonhas e Belo Horizonte, no período de fevereiro a dezembro de 2023.